

ATA N.º 1/2014

----Pelas 15 horas, do dia 22 de fevereiro de 2014, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal, contando com as seguintes presenças: Jorge Manuel Martins de Jesus, João José Correia Valério, Isabel Maria Dias Martins, Carlos Manuel Godinho G. Arês, Helena Sofia Porfírio Domingos Tapadas, João da Silva Rufino, João Manuel Duarte Brites, José Júlio Delgado Cabeça, José Manuel Praia Neves, Júlio Manuel E. Churro Catarino, Maria Hermínia da Conceição Louro, Martina Marcelino de Jesus, Paulo Jorge Serra dos Santos, Paulo Manuel Alfaiate Pires e Rui Manuel Fernandes Vieira. -----

Registaram-se as ausências dos deputados municipais António da Rosa Marques e Fábio Miguel Florindo Gomes, que justificaram antecipadamente a sua ausência e solicitaram a respetiva substituição, nos termos do artigo – da Lei n.º 75/2013 de 1 de Setembro. -----

Foram substituídos respetivamente por António José T. G. Estevinha e Pedro Areias. -----

Não compareceram ainda os membros Manuel Medeiros Morais Silva e Maria José Freitas Nogueira F. Ferreira, que também justificaram a sua ausência. ----

Compareceu o Senhor Presidente da Câmara, José Fernando da Silva Pio e assistiram os Senhores Vereadores, António Manuel Gomes Severino, Jorge Marques dos Santos, Paulo José Estrela Vitoriano de Matos e Saul Manuel Ferreira dos Reis Pereira. -----

O senhor **Presidente, Jorge Manuel Martins de Jesus**, cumprimentou todos os presentes e declarou aberta a sessão. -----

--- Por conterem matéria com carácter de urgência foram submetidos para eventual aprovação em minuta os conteúdos que integram o **ponto três da Ordem de Trabalhos**. -----

No período antes da Ordem do Dia, o senhor Presidente da Mesa voltou a solicitar aos membros da Assembleia, que ainda não o fizeram, para entregarem a ficha relativa ao seguro de eleitos locais da Associação Nacional de Municípios

Portugueses, devidamente preenchida. Informou que as fichas serão remetidas à ANMP, mesmo que esteja alguma em falta. Solicitou também a devolução das fichas de identificação, com os dados pessoais dos membros, uma vez que estão algumas em falta. -----

De seguida, apresentou os assuntos que selecionou das atas do executivo municipal realizadas nos meses de dezembro de 2013 e Janeiro de 2014. -----

Na ata de 4 de dezembro referiu a aprovação do Orçamento e Grandes Opções do Plano 2014. -----

Na ata de 18 de dezembro destacou a decisão de liquidar a última tranche da “Remodelação da Creche/Jardim-de-Infância da Santa Casa da Misericórdia de Gavião”. Referenciou também a deliberação de aprovar a participação do Município de Gavião na BTL (Bolsa de Turismo de Lisboa) 2014, como forma de divulgar as potencialidades do concelho, numa montra de turismo nacional e internacional. -----

Na ata da reunião realizada em 8 de janeiro sublinhou o apoio concedido aos Bombeiros Municipais de Gavião, demonstrando a preocupação do executivo com a segurança de pessoas e bens. -----

Na ata de 22 de Janeiro destacou a abordagem à problemática do encaminhamento de utentes do Serviço Nacional de Saúde para os Hospitais de Portalegre, Elvas ou Évora. Salientou ainda a referência do senhor Presidente da Câmara Municipal de Gavião, a uma reunião em que participou para tratar deste assunto. Solicitou pois que o senhor Presidente da Câmara preste algumas informações sobre esta questão. -----

O senhor Presidente da Câmara informou que reuniu com a senhora Presidente da ULSNA (Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano), Dr.^a Dorinda Calhas, que transmitiu que não tem poder para decidir a alteração do encaminhamento de utentes do SNS do concelho de Gavião. Até porque a ULSNA perderia uma verba considerável com a transferência de encaminhamento de cerca de quatro mil utentes para o Hospital de Abrantes. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GAVIÃO

Em alternativa à alteração no encaminhamento dos utentes prometeu a deslocação de algumas especialidades médicas a Gavião, ou a marcação dos exames médicos com prioridade, nas mesmas datas, para os utentes do nosso concelho. -----

Ainda assim prometeu que iria fazer alguns contactos junto das entidades competentes para avaliar essa possibilidade, tendo o senhor Presidente dado o prazo de um mês para que seja dada uma resposta. -----

O senhor Presidente da Câmara reforçou a posição do Município de Gavião, pois há outros municípios que tinham idênticos problemas e obtiveram encaminhamento de utentes em função da proximidade geográfica. -----

Informou ainda que teme que a situação se agudize, uma vez que foi informado pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Comenda, que o médico que presta serviço naquela freguesia e também no Centro de Saúde de Gavião não verá o seu contrato de avença renovado. -----

Transmitiu ainda que se têm verificado situações caricatas, como o caso de um aluno do Agrupamento Vertical de Gavião que foi encaminhado para o Hospital de Portalegre, porque o Centro de Saúde de Gavião não pode encaminhar para Abrantes, mas quando ali chegou não foi atendido porque reside no concelho de Abrantes. -----

De seguida, o senhor Presidente da Assembleia prestou alguns esclarecimentos sobre a referência aos Percursos Pedestres que constam na ata de 4 de dezembro do executivo municipal, em que um dos senhores vereadores refere que o PR2 estava pensado há 20 anos. Recomendou que futuramente, se informe previamente. Apresentou uma informação dos serviços municipais que ficará arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

Salientou que em 29 de Outubro de 2008, o Município de Gavião abriu procedimento para a elaboração de sete percursos pedestres, com o objetivo de apostar no Turismo Ativo de Natureza, valorizando o nosso Património e Cultura, dinamizando a nossa economia. -----

Depois de projetados, foram priorizados, tendo sido considerado prioritário o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GAVIÃO

PR1 – Percurso Pedestre Arribas do Tejo, cuja execução aconteceu em 2012. Em 19 de junho de 2013 foi aberto procedimento para a construção do PR2 – Corredor Ecológico das Ribeiras das Barrocas e Alferreira, tendo a obra sido consignada em 14 de Novembro de 2013. Os projetos foram elaborados, aprovados, adjudicados e candidatados ao Programa Tejo Internacional, destinado a municípios do Alto Alentejo e da Beira e Cáceres (Espanha). Ambos os projetos tiveram participação de 75%. O PR2 é um espaço com características muito sensíveis. A fauna e flora daquela região foram estudadas pelo Instituto Superior de Agronomia. Foi lançado concurso público de ideias, coordenado pela Ordem dos Arquitetos, e poderão ser recuperados dois moinhos e outra construção. -----

O senhor Presidente sublinhou que as datas que levaram à construção do PR2 estão comprovadas e pode verificar-se que o projeto não tem 20 anos. Devemos ser rigorosos e estudar os assuntos, antes de fazer intervenções falsas, que poderão ser entendidas como de manifesta má-fé. -----

De seguida, colocou a votação a ata da sessão anterior, que foi previamente remetida a todos os membros, dispensando-se a sua leitura. -----

O senhor **deputado Carlos Arês** solicitou uma alteração à ata, no ponto dois, uma vez que apresentou protesto verbal e não teria sido difícil transcrever o protesto. Protestou contra o facto do senhor Presidente não lhe ter dado a oportunidade de apresentar protesto verbal. -----

O senhor **Presidente** colocou à consideração dos restantes deputados municipais, que concordaram com a alteração solicitada e aceitaram votar o documento, com a redação pedida pelo deputado Carlos Arês. Colocada a votação foi aprovada por maioria, com as abstenções dos membros Rui Vieira e António Estevinha, por não terem estado presentes na referida sessão. -----

Ainda no período antes da Ordem do Dia, o senhor **deputado Carlos Arês** pediu para usar a palavra e começou por referir que realizando-se a terceira reunião de trabalho deste órgão, seria importante que se esclarecesse o funcionamento do mesmo. -----

Disse que na primeira reunião, o grupo municipal do PSD propôs a constituição de um grupo de trabalho para elaborar um Projeto de Regimento. Saudando que o senhor Presidente trouxesse um Regimento. Mas como não previa todas as situações, consideraram que seria importante a constituição de um grupo que elaborasse um Regimento que merecesse a concordância de todos. -----

Afirmou que o Presidente da Assembleia, individualmente, não aceitou a criação desse grupo de trabalho. A proposta foi apresentada à Assembleia, que se devia ter pronunciado. -----

Referiu que na segunda reunião, na discussão relativa ao encerramento de serviços e na questão da saúde, estavam disponíveis para elaborar uma declaração aprovada por todos e a única condição era que valesse para este Governo e para os próximos, que fosse para defender os princípios e não para atacar o Governo. O Presidente também não aceitou. O Presidente da Assembleia não pode tomar essas decisões, a decisão cabe aos membros da Assembleia. São os membros da Assembleia que dialogam com as forças políticas e não o Presidente da Assembleia. -----

Por último, referiu a situação da declaração de voto. Espera que tenha merecido esclarecimento e não volte a ser cortada essa oportunidade a ninguém. Espera ainda que na próxima reunião seja prevista a constituição de um grupo de trabalho para revisão do Regimento da Assembleia. Não considera “corial” que o Regimento que rege este órgão tenha sido aprovado por maioria. Não há vantagem nenhuma em que as coisas continuem assim. Não é uma situação pessoal. Há um conjunto de “mal entendidos” que devem ser esclarecidos. Na próxima reunião vai propor a criação desse grupo de trabalho. -----

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** interveio para fazer alguns esclarecimentos. Começando por considerar exagerado que o deputado Carlos Arês queira dar lições de democracia a alguém com a sua experiência de autarca. Não houve “mal entendidos” no funcionamento da Assembleia Municipal. Se os houve foi na intervenção do senhor deputado. O Projeto de Regimento submetido à apreciação da Assembleia, foi enviado previamente a

todos os membros. E foi submetido a parecer do consultor jurídico do Município. Se o deputado Carlos Arês não apresentou sugestões de alteração é um problema seu. Os documentos são remetidos e é dada a oportunidade de todos os membros se pronunciarem. -----

Quanto às moções relativas ao encerramento dos serviços públicos e ao encaminhamento de utentes do Serviço Nacional de Saúde, elas foram discutidas e votadas. Compreende que não correspondam às suas ideias. Mas já houve momentos em que ele próprio se pronunciou contra medidas de Governos de forças políticas que lhe são próximas. Em primeiro lugar deve estar o interesse dos nossos munícipes, o que manifestamente não aconteceu, por parte dos deputados do PSD. Quanto à alteração da ata da última reunião, será acatada. Pelo que não há nenhuma questão em aberto. Há salutares diferenças de pensamento. -----

O senhor **deputado Carlos Arês** pediu novamente a palavra para afirmar que não queria dar lições de democracia a ninguém. Mas o presidente da Assembleia deve ser independente, devem ser os membros do PS a discutir com os do PSD. Não se lembra de ter sido votada a criação do grupo de trabalho que propôs. Foi o presidente da Assembleia que tomou essa decisão. -----

Quanto às Moções, apenas referiu que as tomadas de posição deveriam ser de todos os membros. E a sua sugestão também não foi colocada a votação. Não disse que era contra o Regimento, mas acha que se deveriam trazer alguns exemplares de Regimentos para análise. -----

Em relação à Declaração de Voto, é um direito legal. A Declaração pode isentar os votantes quando não concordam com a aprovação da medida. A Lei prevê que seja ilibado da decisão dessa votação. O direito de fazer declaração verbal é para todos os membros. Esta questão tem de ser esclarecida. Não vai andar 3 anos a discutir esse direito. Se lhe votar a ser negada vai ausentar-se da Assembleia e apresentar protesto legal. Pensou que nunca chegaria a este ponto. Não é sensato andar com dúvidas se podemos ou não apresentar declarações de voto, depois das votações. -----

O senhor **Presidente da Câmara** solicitou autorização para intervir e lembrou que o senhor deputado Carlos Arês pediu a palavra depois do encerramento do ponto da Ordem de Trabalhos. E o Presidente da Assembleia disse-lhe que o ponto estava encerrado e não seria reaberto. Nunca, em qualquer circunstância, alguém o proibiu de falar e até lhe foi solicitada Declaração de Voto Escrita. Com honestidade e verticalidade reconhecamos que foi isso que aconteceu. -----

O senhor **deputado Carlos Arês** pediu para usar a palavra, em defesa da honra, relativamente à expressão utilizada pelo senhor Presidente da Câmara “Se todos forem honestos, verticais e corretos reconhecem que foi isso que aconteceu”. Afirmou que não é desonesto. -----

O senhor **Presidente da Assembleia** sublinhou que o que está na ata é claro e vai de encontro aquilo que o senhor Presidente da Câmara disse, ninguém pôs em causa a honestidade ou a honra de nenhum dos presentes. -----

O senhor **deputado Carlos Arês** disse que iria sair da Assembleia. Tendo de seguida abandonado a sessão da Assembleia Municipal, os deputados Carlos Arês, Helena Tapadas e Pedro Areias, sem que nenhum outro deputado interviesse ou justificasse a sua atitude. Também os senhores vereadores Paulo Matos e Saul Pereira saíram da Assembleia. -----

O senhor Presidente da Assembleia lembrou que, no plano político, devemos saber ouvir opiniões divergentes. Se gostamos de falar, também devemos saber ouvir, respeitando o Órgão e as Pessoas que nos elegeram. Criar situações artificiais à volta de questões regulamentares não será certamente o que o Povo do nosso Concelho espera do nosso trabalho. -----

Não havendo mais questões a colocar pelos membros, o senhor Presidente da Mesa deu início à Ordem de Trabalhos. -----

PONTO UM = Informação sobre a atividade do Município e a situação financeira do mesmo (alínea c) do n.º2, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GAVIÃO

O senhor 1.º Secretário leu o Relatório de Atividades, elaborado pelo executivo municipal e entregue pelo senhor Presidente da Câmara ao Presidente da Assembleia Municipal. -----

Dada a oportunidade aos membros de colocarem questões, sem que tal tenha ocorrido, o senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao senhor Presidente da Câmara para apresentar a situação financeira do Município. -----

O senhor Presidente da Câmara começou por informar que a situação financeira do município que irá apresentar se reporta ao resumo diário de tesouraria relativo ao dia 21 de Fevereiro de 2014 já reflete o pagamento, aos trabalhadores municipais, dos valores relativos à Opção Gestionária dos trabalhadores que não obtiveram sentença judicial favorável. Na sequência das tentativas de resolução desta questão, por parte do anterior executivo, o consultor jurídico conseguiu encontrar uma solução, que fundamentou o Despacho Revogatório por si assinado, cuja cópia se anexa e foram no corrente mês liquidados os valores a devolver aos trabalhadores, sendo também reposta a posição remuneratória anterior a este processo. -----

Informou que à data de 21 de fevereiro, o Município de Gavião tinha em Operações de Tesouraria o valor de 191.840,41€ e em Operações Orçamentais o valor de 840.666,26€. As Ordens de Pagamento em condições de serem liquidadas assumem o valor de 167.060,1€. Referiu que nenhuma ultrapassa o prazo de 30 dias, à exceção das que aguardam decisão judicial (SOPINAL e IVECO) ou que não podem ser pagas por falta de apresentação de documentos. Em relação ao processo de aquisição do minibus à IVECO, informou que têm decorrido negociações e chegou-se a um acordo. Ainda não pode pormenorizar os termos do mesmo porque aguarda que seja formalizado. Mas logo que tal aconteça, será prestada a informação à Assembleia Municipal. -----

PONTO DOIS = Apreciação e eventual aprovação da afetação de parcela de terreno ao domínio público municipal, nos termos da alínea q) do n.º 1, do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; -----

O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara, que informou que, o presente assunto foi presente em reunião do



Um talento diferente
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GAVIÃO

executivo municipal, tendo sido aprovado por unanimidade. Foi incluído na Ordem de Trabalhos da presente sessão da Assembleia Municipal. Posteriormente os serviços municipais levantaram algumas dúvidas e foi solicitado parecer do consultor jurídico do Município, que se aguarda. -----

Pelo exposto, o senhor Presidente da Assembleia propôs que este ponto seja retirado da Ordem de Trabalhos. -----

Colocado a votação, foi aprovado por unanimidade. -----

PONTO TRÊS = Apreciação e eventual autorização prévia, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, da assunção de compromissos plurianuais; -----

-Aluguer de equipamentos (impressoras, fax, fotocopiadoras) e seus consumíveis a contratar pelo valor global de 56.068,2€ (14.017,05€ em 2014; 18.689,40€ em 2015, 18.689,40€ em 2016 e 4.672,35€ em 2017); aprovado por maioria, com 1 abstenção e 13 votos a favor). -----

-Assistência técnica para 17 equipamentos de cópia e impressão e solução accounting, incluindo fornecimento de consumíveis, peças (exceto papel, por um período de 36 meses pelo valor global de 14.311,80€ (3.577,95€ em 2014, 4770,60€ em 2015, 4770,60€ em 2016 e 1.192,65€ em 2017); aprovado por maioria, com 1 abstenção e 13 votos a favor). ---

-Aquisição de Recargas de Garrafas de Oxigénio Medicinal e Contrato de Aluguer de Garrafas, a contratar à empresa GASIN II, por dois anos, pelo valor global de 6.338,65€ (4.802,44€ para 2014 e 1.536,21€ para 2015); aprovado por unanimidade. -----

O presente processo de aquisição foi aprovado pela Assembleia Municipal, na sua sessão realizada em 24/06/2013, no entanto por deficiências de instrução do pedido não foi possível lançar o procedimento. No presente ano, o pedido teve de ser reformulado, porque a GASIN não conseguiu garantir os preços apresentados anteriormente. -----

Programas ocupacionais promovidos pelo IEFP – Estágios, a pagar a diversas entidades (5.978,00€ para o subsídio de refeição, 40.873,90€

para a bolsa, 9.707,55€ para Seg. Social em 2014) e 1.195,60€ para subsídio de refeição, 8.174,78€ para a bolsa e 1.941,51€ para a Seg. Social, em 2015); aprovado por unanimidade. -----

-Fornecimento de Energia Elétrica a contratar à EDP Comercial – Comercialização de Energia, SA, por dois anos (49.500,00€ em 2014 e 66.000,00€ em 2015); aprovado por unanimidade. -----

Acordo de Colaboração a formalizar com a APFLOGAV para disponibilização de elo técnico para o Gabinete Técnico Florestal, pelo período de 1 ano, (18.115,40€ para 2014 e 3.623,10€ em 2015); aprovado por unanimidade. O senhor deputado municipal Júlio Catarino não participou na discussão, nem na votação deste assunto, tendo – se ausentado da sala, por estar impedido, nos termos do disposto no artigo 44º, do CPA e no n.º 6, do artigo 55º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

PONTO QUATRO = Apreciação do Orçamento da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo, nos termos da alínea c) do n.º 1, do artigo 90.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao primeiro-secretário, João Valério, para expor e apresentar o conteúdo deste Ponto da Ordem de trabalhos. O senhor Primeiro-secretário começou por referir que a Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na alínea c) do nº 1 do artº 90, estabelece e decreta que o Conselho Intermunicipal deve submeter às Assembleias Municipais a Proposta do Plano de Ação e Orçamento da Comunidade Intermunicipal e suas alterações e revisões. Este ponto da Ordem de Trabalhos surge neste enquadramento legal. Os documentos foram enviados aos senhores deputados, podendo a Assembleia Municipal tecer apreciações acerca deste documento e deliberações tomadas pela Assembleia Intermunicipal de 16/12/2013, que contou com a presença dos dois deputados municipais eleitos para o efeito por esta Assembleia Municipal, nomeadamente ele próprio, João Valério e o Deputado Carlos Arêz.: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GAVIÃO

Informou ainda que, a Assembleia Intermunicipal da CIMAA teve lugar em Portalegre a 16/12/2013 e de acordo com a sua ordem de trabalhos, foram eleitos os membros da Assembleia Intermunicipal, eleita a mesa da Assembleia Intermunicipal, bem como eleito o primeiro-secretário executivo, sob proposta do Conselho Intermunicipal, tendo sido eleito o Professor Carlos Nogueiro. -----

Foi aprovado o Plano de Ação da Comunidade para 2014 e respetivo orçamento; Em termos orçamentais de relevar que o instrumento previsional aprovado contempla um valor total de Receita/despesa para 2014 no montante de € 3.575.816,00. -----

Em termos de plano de ação, foi efetuado um balanço aos projetos em curso e que transitam para 2014, focados os aspetos da contratualização, Gabinete de Coordenação e Gestão do Alto Alentejo e perspetivas para 2014. -----

Na mesma reunião, foi ainda abordado o tema mais expectante, o novo quadro comunitário de apoio, Portugal2020, tendo o Presidente do Conselho Intermunicipal informado da necessidade emergente de haver no curto prazo, perspetivando para fevereiro/2014, uma Assembleia Intermunicipal Extraordinária, para debate do tema, devido à urgência e necessidade de informação atempada sobre a matéria que reveste todo o interesse para o território e municípios. -----

O senhor **Presidente da Assembleia** agradeceu a exposição e sublinhou que a Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo é uma entidade muito importante para a defesa dos direitos do Norte Alentejano e também do concelho de Gavião. Informou que na semana anterior decorreu na Biblioteca Municipal de Gavião, a reunião do Conselho Intermunicipal e pediu ao senhor Presidente da Câmara que prestasse algumas informações sobre a mesma. -----

O senhor **Presidente da Câmara** começou por informar que os quinze municípios que integram a CIMAA estão muito expectantes em relação aos Fundos Comunitários, esperando que até março, haja informações concretas

sobre o assunto. Mas neste momento, o “tema quente” diz respeito à privatização dos sectores dos Resíduos Sólidos e da “Água em Baixa”. Os municípios gostariam de adquirir a quotização da “VALNOR” que lhes permitiria obter a maioria do capital, com base na cláusula de salvaguarda que consta no respetivo Contrato. Existem algumas dúvidas, porque a legislação obriga a que seja negociado o conjunto das empresas de recolha de resíduos do país. Certo é que esta situação fará disparar os custos da água e da recolha de resíduos. -----

O senhor **Presidente da Assembleia** lembrou que estas questões serão decerto discutidas ao longo do mandato autárquico. São matérias interessantes e que irão requerer análise e discussão da Assembleia Municipal. -----

O senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Comenda**, Rui Vieira, pediu ao senhor Presidente da Assembleia para explicar aos membros da Assembleia, em que consiste a CIMAA, pois nem todos os membros terão essa informação.

O senhor **Presidente da Assembleia** explicou que se trata de uma associação de municípios, que defende os interesses desses municípios e das suas populações. Caso os municípios assim o queiram, a CIMAA, através da sua Central de Compras procede à aquisição de bens e serviços para os municípios interessados, obtendo melhores preços. Também tem competências na área do Planeamento e Ordenamento do Território. Representa os interesses dos municípios junto dos Sistemas Multimunicipais. E coordena a Contratualização dos Fundos Comunitários-QREN, que permitem aos municípios concretizarem algumas obras decisivas para a qualidade de vida das Pessoas e desenvolvimento do Território. -----

PONTO CINCO = Diversos; -----

O senhor Presidente deu a palavra aos membros, questionando se tinham algum assunto para tratar neste ponto da Ordem de Trabalhos. -----

A senhora **deputada municipal Hermínia Louro** interveio para lamentar a situação suscitada pelos deputados do PSD que abandonaram a sessão da Assembleia. Considerou necessário repor a verdade. O Presidente da Assembleia sempre respeitou todos os membros deste órgão. O Regimento já

foi aprovado e não percebe o objetivo de reabrir agora assuntos que já foram apreciados e sujeitos a deliberação. -----

O senhor **deputado municipal João Rufino** congratulou-se com a boa saúde financeira do município e questionou se o senhor Presidente da Câmara tenciona incluir nos seus planos a obra da Estação de Tratamento de Esgotos de Vale da Madeira. Perguntou ainda se haveria hipótese de transportar os utentes, às quintas-feiras, para as consultas em Vale de Gaviões. -----

O senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Margem**, José Praia Neves, interveio para esclarecer que o assunto dos transportes já foi abordado na Assembleia de Freguesia. Foi posteriormente falado com o senhor Presidente da Câmara e o problema vai ser resolvido. -----

O senhor **Presidente da Câmara** confirmou que o assunto dos transportes já foi tratado. Há essa necessidade e, dentro das possibilidades, será dada resposta. Terá de ser articulado, porque não é possível transportar todas as semanas utentes de todas as localidades. Na freguesia de Belver, também foi articulado com a Junta de Freguesia e vai ser dado apoio, uma vez por mês para a deslocação das pessoas de Vale Pedro Dias, Outeiro Cimeiro e Fundeiro, Areia e Alvisquer, Torre Cimeira e Torre Fundeira, até Belver, articulando com a carreira pública que vai para Gavião, desde que previamente solicitado. -----

Quanto ao problema dos Esgotos de Vale da Madeira, não foi definido como prioritário, mas quando for possível vai ser resolvido. Se possível com recurso a candidatura a Fundos Comunitários. -----

O senhor **deputado municipal Paulo Pires** interveio para deixar uma nota de esclarecimento sobre algumas informações ventiladas sobre a legalidade do exercício do seu mandato como deputado municipal. Esta é a primeira sessão da Assembleia depois d publicação dessas notícias. Sublinhou que a sua situação profissional não lhe permite fazer política nos meios virtuais (blogues, redes sociais, etc). A sua vida privada também não o permite porque há 28 anos que é dedicada à Banda Juvenil do Município de Gavião e ao Grupo de Cantares “Terras de Guidintesta”. Chegou às eleições como independente. Foi convidado

a integrar a lista do PS e aceitou como mais um contributo em prol deste concelho, a que se dedica há quase 30 anos. -----

Leu as notícias, referindo que foi publicada no blogue do senhor vereador Paulo Matos apenas o primeiro artigo que questiona a legalidade do exercício do mandato. O segundo artigo, que informa que foi pedida a criação de um grupo de trabalho para discutir e analisar o assunto, não foi publicado no referido blogue. -----

Concluiu que, tal como aceitou este desafio, se verificar que existe incompatibilidade deste exercício devido ao cargo de diretor do Agrupamento Vertical de Gavião, renunciará ao cargo. Com base nas informações do Ministério da Educação não encontra motivo, para proceder de outra forma. ----

O senhor **Presidente da Assembleia** afirmou que se trata de mais uma trapalhada do nosso Governo, que ganhou eco no nosso concelho, porque há quem tenha o hábito de fazer política com base em suposições. Acha correto que tenha prestado este esclarecimento à Assembleia Municipal. Tomou conhecimento do assunto através da Comunicação Social e também da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Pessoalmente acha que muito mal vai a democracia, se não for permitida a participação cívica dos diretores de escolas, em funções não executivas do Poder Local. -----

O senhor **Primeiro-secretário, João Valério**, ausentou-se da Mesa da Assembleia para intervir na qualidade de deputado municipal. -----

Afirmou que, como Gavionense, é um orgulho ser deputado municipal e ter este Presidente da Assembleia. A situação que se verificou, com o abandono da sessão por alguns deputados do PSD, requer alguma ponderação. Pediu autorização para suspender os trabalhos durante alguns minutos de modo a reunir o grupo municipal do PS e elaborar um documento sobre este assunto. –

O senhor Presidente da Assembleia colocou a votação essa possibilidade, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

O senhor Presidente informou que não iria reunir com o grupo municipal do PS.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GAVIÃO

O senhor Presidente da Câmara afirmou que se tratou de uma “farsa” que possivelmente estava “ensaiada”. O senhor deputado Carlos Arês tem de aceitar as decisões da maioria. Considerou que o Presidente da Assembleia tem todo o direito de se juntar ao grupo municipal do PS e defender as causas do Concelho, enfrentando o Governo. -----

O senhor Presidente da Assembleia afirmou que não tem dúvidas quanto à sua intervenção/ação na Assembleia Municipal. Mas entende não participar na reunião. -----

O senhor deputado municipal João Brites também abandonou a sessão, por considerar que este assunto já estava fora do âmbito da mesma. Afirmou que “parece que o Presidente da Câmara também é o Presidente da Assembleia Municipal”. -----

Foram interrompidos os trabalhos por um período de quinze minutos. Decorrido este tempo, foi dada a palavra ao deputado municipal Paulo Pires que apresentou a Tomada de Posição do grupo municipal do PS: -----

“Relativamente à discussão suscitada no ponto «antes da ordem do dia», da presente assembleia municipal, o grupo municipal do Partido Socialista propõe um voto de apoio à tomada de posição assumida pelo senhor presidente da Assembleia Municipal, relativamente à questão apresentada pelo senhor deputado Carlos Arez, alegando, este, que lhe havia sido vedada a possibilidade de apresentar uma declaração de «voto de vencido» respeitante a uma determinada matéria. Conforme se pode interpretar da leitura da ata, a qual foi também aprovada pelo senhor deputado Carlos Arez, a posição contestada por este deputado não tem justificação na medida em que essa declaração de voto foi solicitada após o encerramento do ponto da ordem de trabalhos em causa. Lamentamos igualmente e deixamos aqui o nosso repúdio quanto à forma como os senhores deputados do grupo do Partido Social Democrata reagiram a esta matéria, abandonando a sala onde decorre esta assembleia municipal, numa atitude de total desrespeito para com os presentes, para com o órgão em si, mas acima de tudo para com os munícipes que os/ nos elegeram, pois é para eles



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GAVIÃO

que devemos trabalhar e tentar resolver os seus problemas, necessidades e anseios. Assistimos, por isso, em nosso entender, a um exemplo antidemocrático que em nada dignifica o nosso papel de representantes das comunidades do concelho de Gavião. -----

Pelas razões ora apresentadas, reiteramos e deixamos à consideração e votação desta Assembleia um voto de apoio à pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal de Gavião pela forma como lidou e geriu este assunto”. -

Colocada a votação, a moção foi aprovada, por unanimidade, com os votos dos grupos municipais do PS e CDU. -----

De seguida a senhora Segunda-secretária ausentou-se da Mesa para, em representação do grupo municipal do PS, apresentar uma proposta de Tomada de Posição sobre a Reorganização do Sistema Judiciário aprovada pelo Governo PSD/CDS no dia 6 de Fevereiro e as consequências destas medidas para o concelho de Gavião. Manifestando total discordância pelo teor da Lei de Organização do Sistema Judiciário, aprovada pelo Governo, que prejudica gravemente o interior do país, os habitantes e empresas do concelho de Gavião. Colocado a votação, a Tomada de Posição foi aprovada por unanimidade. -----

Por se tratar de documento extenso, dá-se o mesmo como aqui transcrito, ficando uma cópia anexa à presente ata, considerando-se parte integrante da mesma. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal sublinhou que a população do concelho vai ser prejudicada com estas medidas. O Tribunal de Nisa vai passar a secção de proximidade. Os tribunais de Ponte de Sôr e Abrantes vão ser desqualificados. Vai haver uma centralização no Tribunal de Portalegre. É mais uma medida para esvaziar o interior do país. Espera que brevemente não estejamos aqui a analisar o encerramento de escolas, agregação de municípios, etc. É para combater estas atitudes que fomos eleitos. -----

O senhor Presidente da Câmara pediu a palavra para informar que, quando tomou posse, decorria um processo de devolução de IVA. Foi pedido o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GAVIÃO

reembolso de 1.393.091,88€. Decorrida a ação inspetiva foi apurada a devolução de cerca de 300 mil euros. -----

A título informativo, comunicou à Assembleia que o valor devolvido (129.592,80€) será afetado à conta 59. Falta liquidar o reembolso relativo ao último trimestre de 2011 e ano de 2012. -----

O senhor Presidente da Assembleia no decorrer do último mandato determinou que os serviços municipais fizessem o pedido de reembolso. Tem conhecimento do Relatório produzido pelo Inspetor. Congratulou-se pela “injeção financeira” a favor do Município de Gavião. -----

Não havendo mais assuntos a tratar nesta sessão, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a mesma, eram dezoito horas e trinta minutos, pelo que, de tudo para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente e por mim Isabel Maria Dias Martins, segunda secretária, que a redigi e também subscrevo. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

(Prof. Jorge Manuel Martins de Jesus)

A segunda-secretária

(Isabel Maria Dias Martins)